

PORTARIA Nº 61-7, DE 7 DE JUNHO DE 1994

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989 e tendo em vista as disposições do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e das Leis nºs 7.679, de 23 de novembro de 1988, e 8.617, de 04 de janeiro de 1993, e

Considerando o que consta do Processo IBAMA nº 002964/89-73, resolve:

Art. 1º Proibir a pesca de sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), no período de 11 de julho a 24 de agosto de 1994, no mar territorial brasileiro (faixa de 12 milhas marítimas) e na Zona Econômica Exclusiva Brasileira (faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas).

Parágrafo único Será tolerado o desembarque de sardinha verdadeira somente até o dia 13 de julho de 1994.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à captura, conservação, industrialização ou comercialização da sardinha verdadeira, deverão fornecer às Superintendências Estaduais do IBAMA até o dia 23 de julho de 1994, a relação dos estoques "in natura", congelados ou não, existentes no dia 13 de julho de 1994.

Parágrafo único Durante o período estabelecido no art. 1º desta Portaria, fica vedado o transporte, a estocagem, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de qualquer volume de sardinha verdadeira "in natura", que não seja oriundo do estoque declarado na forma deste artigo.

Art. 3º Fica permitida à frota sardineira, devidamente legalizada, a pesca de espécies cujo esforço de pesca não esteja sob controle, durante o período de defeso tratado anteriormente.

Art. 4º Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 e demais atos normativos pertinentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

NILDE LAGO PINHEIRO